

Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Nacional	Tiragem: 19260
Título: Bruxelas propõe reforma radical do sector do vinho europeu					Temática: Gestão/Economia/Negócios	GRP: 1.2
2006/06/23	SEMANARIO ECONOMICO – PRINCIPAL	Pág.37	Imagem: 1/1		Periodicidade: Semanal	Inv.: n.a.

■ SECTOR DO VINHO EMPREGA 277 MIL TRABALHADORES EM PORTUGAL

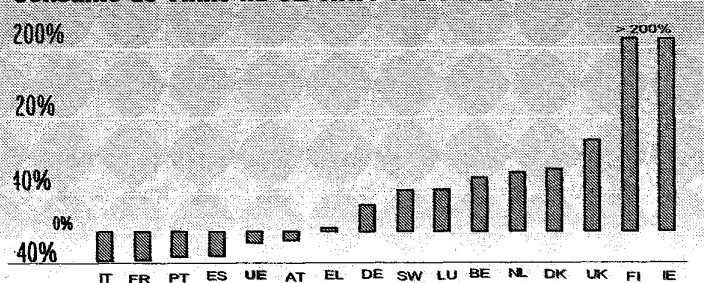
Bruxelas propõe reforma radical do sector do vinho europeu

O arranque de 400 mil hectares de vinha até 2013 é um dos objectivos da proposta da Comissão, que quer desviar os subsídios da destilação para a promoção e competitividade do sector vitivinícola europeu. A reforma será financiada com um envelope financeiro de 2,4 mil milhões de euros para os cinco anos.

O equivalente a quatro garrafas de vinho por cada cidadão europeu é quanto sobra todos os anos da produção vinícola da União Europeia (UE). A sobreprodução surge agora como um dos alvos a abater pela Comissão Europeia, sobretudo numa altura em que o consumo de vinho continua a cair a pique e se perde mercado entre os mais jovens. A comunidade é responsável por 60% da produção mundial de vinho, mas as importações para a UE duplicaram na última década – só o vinho australiano e chileno absorvido pela UE multiplicou-se por 19. “A Europa produz muito vinho de baixa qualidade para o qual não há mercado”, avisa a Comissão, sublinhando que dos 1.269 milhões de euros que sector recebeu em 2005, 63% foram directos a medidas de intervenção. Ou seja, 506 milhões de euros representam custos com a destilação do vinho não consumido em etanol para uso industrial ou combustível; outros 198 milhões são subsídios à utilização de mostos; 70 milhões para armazenagem privada de vinhos e 17 milhões para as restituições à exportação, que o mais tardar em 2013 devem ser eliminados por um imperativo da Organização Mundial de Comércio. É com a soma destas verbas que a Comissão planeia reformar o sector vitivinícola europeu e acabar com os “lagos do vinho”.

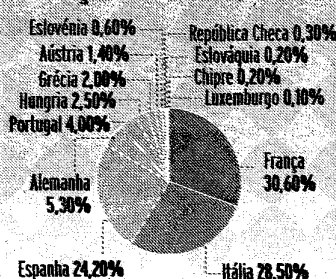
Numa proposta, que oscila entre uma reforma “radical” e “profunda” da organização comum de mercado (OCM) do vinho segundo os analistas, Bruxelas avança com

Consumo de Vinho na UE entre 1984 e 2003



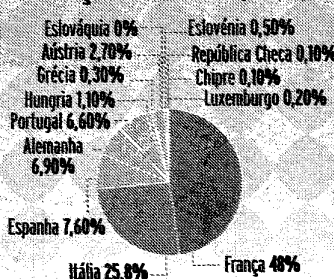
Fonte: Comissão Europeia

Produção de vinho (volume)*



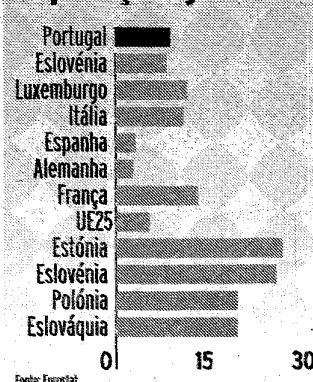
Fonte: Eurostat. * 2000 a 2004 em % da UE 25

Produção de vinho (valor)*



Fonte: DGAGRI. * 2000 a 2004 em % da UE 25

Peso do vinho na produção agrícola



Fonte: Eurostat

um plano de abate de 400 mil hectares de vinhas até 2013. “A política de arranque é voluntária em termos de produtores, mas obrigatória para os estados-membros”, explica Sousa Uva, responsável da Direcção-Geral da Agricultura na Comissão. Para convencer os produtores mais relutantes em destruir as suas vinhas, Bruxelas um envelope financeiro de 2,4 mil milhões de euros ao longo dos cinco anos. Os viticultores que cessem ou transfiram a sua actividade para outro tipo de exploração po-

dem beneficiar do apoio de até 18 mil euros por ano, num máximo de 180 mil euros em 15 anos. Além disso, a nível das medidas agro-ambientais está prevista a atribuição de um montante máximo de 900 euros por hectare durante um período de cinco a sete anos.

A produção nacional de vinho tem uma quota de mercado de 6,6% na cadeia de valor da UE e Portugal é o segundo País da comunidade com mais trabalhadores no sector (18%), logo a seguir à Itália.

O “vinho” emprega 277 mil portugueses num total de 209 mil explorações, divididas por uma superfície agrícola de 237 mil hectares. “Portugal produz cerca de 7,2 milhões de hectolitros de vinho, num montante próximo de mil milhões de euros, graças ao facto de ter vinhos de elevados valor, como o vinho do Porto”, indica a Comissão. Os dados estatísticos confirmam que o valor unitário por hectolitro ascende a 147 euros no caso dos vinhos portugueses, só superado pelo Luxemburgo (200 euros) e Áustria (171 euros). Em média dos 25, o valor unitário não passa dos 90 euros por hectolitro. Mas entre 1984 e 2003, o consumo do vinho às mesas portuguesas caiu acima dos 20%. Até ao fecho desta edição, o Ministério da Agricultura não comentou a proposta comunitária. ||

G.M.